



Anais da Assembléia

Nº 003

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 05 DE MARÇO DE 1976

ANO II

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Accioly Netto

Vice: Waldenício Barbalho

Membros Efetivos:

ARENA — Fabiano Braga Cortes, Accioly Netto, Dácio Leonel, Ezequias Losso, Luiz Roberto Soares, Ivan Rüppel.

MDB — Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Waldenício Barbalho, Enéas Faria, Adalberto Daros.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Jurandir Messias, Basílio Zanusso, Wilson Fortes, Jorge Sato, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira.

MDB — Lineu Turra, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira.

Secretário: Rita Celestino Soares.

Reuniões: 4ªs feiras, após a Sessão plenária.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente: Quielse Crisóstomo

Vice: Lúcio Machado

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho, Aragão de Mattos Leão, Gabriel Manoel.

MDB — Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Accioly Netto, David Federmann, João Cioni Netto.

MDB — Domício Scaramella, Edilson Alencar.

Secretário: Teresinha Barbosa Moura e Claro.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Presidente: Egon Pudell

Vice: Jayme Rodrigues Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Egon Pudell, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto.

MDB — Domício Scaramella, Jayme Rodrigues Carvalho.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Ivan Rüppel.

MDB — José Domingos Scarpelini

Secretário: Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente: Aragão de Mattos Leão.

Vice: Ernesto Dal'Oglío

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Quielse Crisóstomo, David Federmann, Aragão de Mattos Leão

MDB — Ernesto Dal'Oglío, José Domingos Scarpelini.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Roberto Soares, Gabriel Manoel, Ezequias Losso.

MDB — Otássio Pereira.

Secretário:

Reuniões: Coordenadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TURISMO

Presidente: Nelson Buffara

Vice: Gilberto Carvalho

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Wilson Fortes, Jurandir Messias, Gilberto Carvalho.

MDB — Adalberto Daros, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Quielse Crisóstomo, Werner Wanderer, João Cioni Netto.

MDB — Ernesto Gnoato

Secretário: Maria Stella Maeder do Amaral Gurgel.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente: Jorge Sato

Vice: Antonio Facci

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Fuad Nacli, Wilson Fortes, Jorge Sato, Egon Pudell.

MDB — Antonio Facci, Trajano Bastos, Domicio Scaramella.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Ivan Rüppel, Lázaro Dumont, Rosário Pitelli.

MDB — Valter Pietrângelo, Deni Schwartz.

Secretário: Elcy Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Luiz Alberto Oliveira

Vice: Otássio Pereira

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont.

MDB — Ernesto Dal'Oglío, Otássio Pereira

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Basílio Zanusso, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Lúcio Machado.

Secretário: Marlene Couto de Cristo.

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente: Rosário Pitelli

Vice: Nelson Buffara

MEMBROS EFETIVOS:

ARENA — Jurandir Messias, Werner Wanderer, Rosário Pitelli.

MDB — Edilson Alencar Barbosa, Nelson Buffara.

MEMBROS SUPLENTES:

ARENA — Gabriel Manoel, Egon Pudell, Gilberto Carvalho.

MDB — Osvaldo Macedo
Secretário: Maria Aparecida Amaral
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente: Werner Wanderer
Vice: Jayme Rodrigues de Carvalho
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Rosário Pitelli, Werner Wanderer, João Cioni Netto.
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho, Nilso Sguarezi.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Wilson Fortes, Alfredo Gulin, Basílio Zanusso.
MDB — Hélio Manfrinato.
Secretário:
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Basílio Zanusso
Vice: Lineu Turra
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Basílio Zanusso, Francisco Scorsin, Luiz Alberto Oliveira.
MDB — Lineu Turra, Osvaldo Macedo.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Wilson Fortes, João Cioni Netto, David Federmann.
MDB — Valter Pietrângelo.
Secretário: Lélío Guimarães Sotto-Maior
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente: Francisco Scorsin
Vice: Ernesto Gnoato
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Francisco Scorsin, Gabriel Manoel, Basílio Zanusso.
MDB — Ernesto Gnoato, Hélio Manfrinato.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Werner Wanderer, Aragão Mattos Leão, Ivan Rüppel.
MDB — Domício Scaramella.
Secretário: José Tavares Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

Presidente: Alfredo Gulin
Vice:
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Alfredo Gulin, David Federmann, Fuad Nacli.
MDB — Lineu Turra, Valter Pietrângelo.
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Egon Pudell, Jorge Sato, Francisco Escorsin
MDB — Jayme Rodrigues de Carvalho.
Secretário: Roberto Diniz Satyro
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Presidente: Jurandir Messias
Vice: Benedito Lúcio Machado
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel
M.D.B. — Nelson Buffara
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Dácio Leonel, Luiz Alberto de Oliveira, Accioly Neto.
M.D.B. — Antonio Facci
Secretário: Elza Carneiro Camargo
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Ezequias Losso
Vice: Deni Schwartz
MEMBROS EFETIVOS:
ARENA — Quielse Crisóstomo, Gilberto Carvalho
M.D.B. — Valter Pietrângelo
MEMBROS SUPLENTE:
ARENA — Luiz Roberto Soares, João Cioni Neto, Aragão de Mattos Leão.
M.D.B. — Ernesto Gnoato
Secretário: Myrthes Magda Gomes
Reuniões: Condicionadas à existência de matéria.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE MARÇO DE 1976 (SEXTA — FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Osvaldo Macedo.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho,

Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

MENSAGENS:

Curitiba, 16 de dezembro de 1975

MENSAGEM Nº 154/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com os municípios abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

Município	Data da celebração:
Adrianópolis	29/09/75
Agudos do Sul	19/09/75
Altonia	23/09/75
Alto Paraná	07/10/75
Assaí	30/09/75
Atalaia	07/10/75
Barra do Jacaré	23/09/75
Borrazópolis	22/09/75
Cafeara	22/09/75
Cambira	23/09/75
Campina da Lagoa	02/10/75
Campina da Lagoa	01/10/75
Capitão Leônidas Marques	06/10/75
Centenário do Sul	23/10/75
Conselheiro Mairink	
Corbélia	30/09/75
Diamante do Norte	06/10/75
Florestópolis	17/09/75
Formosa do Oeste	07/10/75
Guaraqueçaba	03/10/75
Goioerê	16/09/75
Inajá	19/09/75
Indianópolis	07/10/75
Itapejara do Oeste	20/10/75
Jaguapitã	23/09/75
Laranjeiras do Sul	15/10/75
Loanda	06/10/75
Mandaguari	22/09/75
Mandaguari	23/09/75
Manoel Ribas	03/10/75
Medianeira	23/10/75
Paraíso do Norte	18/09/75
Paranacity	07/10/75
Pitanga	03/10/75
Ponta Grossa	02/10/75
Porecatu	22/09/75
Porto Rico	08/10/75
Prudentópolis	10/09/75
Quatro Barras	02/10/75
Querência do Norte	08/10/75
Rancho Alegre	18/10/75
Rio Bom	22/09/75
Rondon	07/10/75
Santa Cruz de Monte Castelo	08/10/75
Santa Izabel do Oeste	15/10/75
Santa Mariana	19/09/75
São João do Ivaí	15/09/75
Terra Rica	07/10/75
Uraí	20/09/75

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 155/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 02 de dezembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de SERTANÓPOLIS, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Monteiro Lobato" e a Casa Escolar "Antonio Fernandes" da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 156/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de Maria Helena, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 157/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 158/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 27 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, com o Município de NOVA LONDRINA, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual da sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 159/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de novembro de 1975, pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Saúde, com o município de São Pedro do Paraná, objetivando a construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 160/75

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 26 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de Colorado, objetivando a construção do prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Curitiba, 16 de dezembro de 1975

MENSAGEM Nº 161/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 18 de novembro de 1975, pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, com o Município de Dois Vizinhos, objetivando a construção do

prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município.

O interesse na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado.

à Comissão de Constituição e Justiça.—

Curitiba, 16 de dezembro de 1975.

MENSAGEM Nº 162/75

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 25 de novembro de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR
Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições constitucionais, requer, após ouvido o plenário, seja:

1. consignada, na ata da sessão de hoje, a íntegra do discurso pronunciado pelo Sr. General RODRIGO OTAVIO JORDÃO RAMOS, por ocasião da reabertura dos trabalhos do Superior Tribunal Militar, de que é um dos mais ilustres Membros;

2. comunicada a S. Exa. a decisão desta, que comunga dos mesmos propósitos de implantação, em nosso País, da Democracia e do Estado de Direito, sem restrições de ordem alguma.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1976.

a) MAURICIO FRUET.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 04/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Irati "CASRI", com sede na cidade de Irati.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1976.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, possui todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação fede-

ral e estadual reguladora da matéria, conforme o estabelecido nos seus estatutos sociais, que anexamos ao presente.

Nestas condições, é que apresentamos este Projeto de Lei que temos certeza contará com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fideleino Tolentino. — (—Pausa).—

Não se encontrando presente o nobre Deputado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O General Rodrigo Octávio Jordão Ramos é, sem dúvida, uma das figuras exponenciais das nossas Forças Armadas, e goza do respeito e da admiração do nosso povo em virtude das posições claras e patrióticas que assume nas mais difíceis conjunturas da vida nacional.

Continua viva na memória do povo brasileiro a luta, por exemplo, que deflagrou contra a tentativa, há algum tempo, de desnacionalização da Amazônica Legal e contra a formação do chamado “Lago Amazônico”, pretendido pelo “futurólogo” Hermann Kahn, do Instituto Hudson, dos Estados Unidos da América do Norte.

Um e outro projetos objetivaram a posse da imensa soma de recursos naturais existentes naquela região, sobretudo o petróleo e os minérios estratégicos.

A denúncia à Nação desses nefastos designios, acobertados por gente desfibrada e encapuçada, em cargos oficiais, na época, serviu como o toque de clarim para o levantamento da opinião pública.

Falharam, pois, os que se propunham mutilar o território pátrio.

Ainda assim, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos não se deu por satisfeito. Receava, com razão, novas investidas do imperialismo alienígena. Eis porque pregou a necessidade da criação do V Exército, com sede na Amazônia e cuja função principal, além de servir de escola de civismo às populações interioranas, seria a da preservação constante de nossa integridade territorial e da soberania do Brasil nas largas e ínvias regiões amazônicas.

No decurso dos últimos anos, manifestou sempre o seu pensamento político, apostado aos totalitarismos abertos ou disfarçados, num trabalho ingente de apostolado em favor da Democracia.

Ao ingressar, em 1973, no Superior Tribunal Militar, do qual é um dos mais cultos e prestigiosos membros, renovou o seu apelo em prol da implantação do Estado de Direito, pelo qual todo o Povo Brasileiro anseia.

E, agora, exatamente, a 11 de fevereiro, novo e incisivo pronunciamento veio de fazer, por ocasião do reinício dos trabalhos daquela Egrégia Corte da Justiça, com a conclamação, aos que tem o poder de decidir e de executar neste País, pela retomada do caminho da Democracia e da Liberdade, a par de respeito mais efetivo aos Direitos Humanos.

As palavras do eminente militar tiveram profunda ressonância em todo o Brasil, inclusive no Estado do Paraná.”

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho à mesa requerimento em que solicito, em primeiro lugar, a consagração, na Ata da sessão de hoje, da íntegra do discurso pronunciado pelo General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, por ocasião da abertura dos trabalhos do Superior Tribunal Militar. E, em segundo, que se comunique a S. Exa. a decisão desta Casa que comunga com os mesmos propósitos de implantação, em nosso País, da Democracia e do Estado de Direito, sem restrição alguma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos a votação da matéria constante sobre a mesa:

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando a consagração na ata dos trabalhos de hoje, a íntegra do discurso pronunciado pelo Sr. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, por ocasião da reabertura dos Trabalhos do Superior Tribunal Militar, de que é um dos mais ilustres membros, solicitando ainda, a comunicação, a S. Exa. a decisão desta Casa, que comunga dos mesmos propósitos de implantação, em nosso País, da Democracia e do Estado de Direito, sem restrições de ordem alguma. — **Aprovado.** — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 8, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução Nº 133/75.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, EM SESSÃO DO DIA 05 DE MARÇO DE 1976. —

ÍNTegra do DISCURSO PRONUNCIADO PELO GENERAL RODRIGO OCTÁVIO JORDÃO RAMOS NA SESSÃO DE REABERTURA DOS TRABALHOS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, a 11/02/1976.

“A retomada, hoje, dos trabalhos deste egrégio tribunal constitui motivo de regozijo e de esperança para todos que nele exercem a função judicante, assinalando o início de mais um ano de sua profícua existência, sempre procurando preservar, ao lado do comportamento ético e da dignidade funcional das Forças Armadas, a continuidade no tempo e no espaço de uma pátria livre, realmente democrática, transformando-se, aceleradamente, em grande potência, mercê do trabalho e da consciência liberal de seus filhos.

Tradicionalmente, renegando o estado leviatã, fortalecendo as condições sociais e políticas que embasam a realização integral de uma doutrina humanística, fundamentada nos postulados cristãos de igualdade, fraternidade e liberdade, vai o Brasil, após 1964, ao contrário de outros povos, no passado, com pertinácia em busca de um desenvolvimento integral, vencendo os obstáculos que se antepõem às suas aspirações e interesses, assinalando, desde então, promissor crescimento econômico, ao lado de notória estabilidade política e de melhor equidade social.

Daquela data aos dias de hoje, vivemos, sem dúvida, o drama dos governos atingidos pelo categórico imperativo de salvação nacional em que a razão do Estado deve se sobrepor a quaisquer outras considerações, bem expressas por Lincoln:

“Todo homem pensa ter direito à vida e todo governo pensa que tem o direito, de viver. Quando levado à parede pelo enfurecido assassino, todo homem ignorará qualquer lei para se proteger e a isto se chama o grande direito de auto defesa. Assim, também, todo governo, quando acuado pela rebelião, calcará a constituição antes de permitir sua própria destruição. Isto pode não ser direito constitucional, mas é o fato”.

Dai, os encargos atribuídos pelo AI-2 em 1965 a esta Cor-

te, passando a ter a grave responsabilidade de defender a Revolução contra investidas visando a implantação de um regime de extrema-esquerda, sufocado pela dialética da violência, das belas tradições liberais que alicerçaram o alvorecer e presidiram a evolução política da grande Pátria a que tanto nos orgulhamos de pertencer. Foi esta a solução encontrada, então, pelos detentores do poder, mais consentânea com os nossos parâmetros seculares de comportamento jurídico e de respeito à dignificação humana, atribuindo a Tribunal permanente, a missão de preservar a irreversibilidade da arrancada revolucionária que, em saudosismos anacrônicos ou revanchismos inócuos, sobre os escombros de uma ordem legal superada, vai renovando o Brasil pelo fortalecimento do poder nacional em todos os seus campos de ação, obra para a qual, dentro de um espírito de composição e tolerância, tão comum em nossa História, devem ser conclamados, sem distinção, todos os bens brasileiros de espírito aberto e formação democrática, irmanados numa filosofia comum de interesse político, econômico e social, e a ser consolidado, finalmente, em um novo "Estado de Direito", forma de governo que não admite alternativa na tradição de nossas instituições políticas, evitando que a Revolução se torne perigosamente estática e, conseqüentemente, auto conservadora, como acontece, por razões óbvias, às revoluções sociais vitoriosas de tônica comunista.

Realmente, cessado oportunamente, consoante a periculosidade das pressões subversivas, eventualmente incidentes, o processo institucional com seu elevado coeficiente de arbítrio, transitoriamente indispensável para enfrentar, através de situações delicadas, ameaça à própria consecução dos objetivos revolucionários, dentre os quais se avulta a permanência de um clima de paz tranquilidade que permita o desenvolvimento de nossas potencialidades sócio-econômicas, de maneira a viabilizar o nosso "status" de grande potência, ao dobrar do século — é possível através de uma descompressão gradativa e controlada, a volta à normalidade democrática "onde o poder deixará de ser a lei e a lei se transformará em poder", no dizer do ilustre escritor e erudito jurista.

Passada a tormenta, reclama, na verdade, nossa consciência jurídica, com respaldo em parcela ponderável de opinião pública, fortalecida pelas manifestações sucessivas de legendários revolucionários como José Américo, Juarez Távora, Cordeiro de Farias e outros, a existência de instrumento constitucional adequado às realidades nacionais e mundiais ora defrontadas, dotando-o para isso de disposições capazes de permitir, ao Estado, enfrentar problemas internos resultantes de desnível psico-social ou descompasso regional ainda reinantes, sensivelmente agravados pelo desequilíbrio mundial, motivado pela crise do petróleo ao lado da perigosa e incontida sovietação pluralista, que se estende hoje por todos os continentes, gerando em território pátrio focos de ação subversiva que devem ser prontamente contidos e eliminados.

A revisão constitucional, como base dessa reforma estribada em nosso Direito consuetudinário é levada a efeito em prazo limitado para sua integral vigência consoante às pressões endógenas e exógenas atuais ou previsíveis — somente possível de serem avalizadas por aqueles que têm a dura missão de dirigir os destinos da Nação Brasileira — coroará, certamente, o final do processo revolucionário que o tempo, fatalmente, irá erodindo em suas potencialidades, como historicamente se tem verificado no espectro internacional. Promoverá ela, certamente, a institucionalização desse processo com objetivos e prazos definidos no tempo, através da harmonização real no plano horizontal dos três poderes — Legislativo, Executivo e Judiciário — e a coordenação vertical das atividades políticas e administrativas, inclusive de planejamento, dos agrupamentos federados — União, Estados e Municípios — com a existência de um órgão colegiado permanente, presidido pelo Chefe de Estado e integrado por elementos de outros Poderes capazes de conter, com rapidez e eficiência, tanto a subversão como a corrupção. Será, evidentemente, tal

desideratum atingido com a orientação precípua do poder Executivo, detentor do poder revolucionário, de fato, e a indispensável cooperação e dinamização dos partidos políticos existentes, criados pela Revolução ou de outros a serem, eventualmente, organizados — exteriorizando as aspirações e tendências do povo-massa e das elites dirigentes — como catalizadores e orientadores da opinião pública.

Atendidas, assim, as realidades peculiares a nossa imensa base física, padrão cultural, diferenciações econômicas regionais, objetivar-se-à o vaticínio de renomado sociólogo quando dizia que "pelo sentimento de superioridade do poder central como força incomparável de organização, coordenação e administração haveria de ser corrigida a plena autonomia dada pela constituição de 1891, aos Estados, ainda despreparados, evoluindo, assim, da "federação centripeta", de Nebster, de maneira a assegurar o triunfo final do poder central sobre as pressões regionalistas tão fortalecidas pela ação dispersiva e diferenciadora dos fatores geográficos.

Não parece haver outra forma de se conseguir, sem maiores delongas e dissídios perigosos, uma conjugação composta e harmônica das fontes reais e das fontes formais do poder, para reencontrar no dizer de Tobias Barreto, "o verdadeiro solar do liberalismo que é a democracia".

Esta, a nosso ver, a etapa final a ser consagrada pelas metas revolucionárias fixadas em 1964, de reposição jurídica, consentânea com nossas aspirações, fazendo vigir a lei em toda a sua extensão, como ordenação da razão humana e elemento indispensável a convivência social, em uma nação plenamente democrática, e cuja salvaguarda na parte que nos incumbe, é das

mais relevantes no quadro conjuntural ora vivido. Mais uma vez se afirmaria, assim que a supremacia do Direito e da Liberdade são produtos do Direito Constitucional desejado pela Sociedade brasileira e em geral por todas as sociedades ocidentais, para limitar o poder e fazê-lo expressão de seus anseios e normalização constitucional com interesses. Aliás, essa idéia-força cada vez mais viva — normalização constitucional com eliminação da excepcionalidade residual — nada mais representa do que o sentimento tradicional que sempre dominou o povo brasileiro, em mais de século e meio de vida independente, onde ocorreram apenas 28 anos de período institucionais, entremados em sua evolução política e social, fortalecendo assim a lealdade sistêmica como meio mais adequado de enfrentar o surto de terrorismo e os impactos de corrupção, distorções sócio-políticas inevitáveis, que proliferam em todas as democracias.

Na verdade, em todos os países do Mundo Ocidental há subversão com manifestações anti-sistêmicas, mas são poucas as democracias reais que não conseguem mobilizar, mesmo dentro de suas naturais dissenções intra-sistêmicas, próprias de essência de regime, a sociedade em sua própria defesa, daí a convicção generalizada entre os estudiosos da ciência, política, que a prática continuada e efetiva da democracia brasileira conseguirá estabelecer, definitivamente, o equilíbrio político perdido.

Não é demais acentuar que tal instrumento, compatibilizando a ordem constitucional com a realidade de institucional, evidentemente abrigaria um novo ordenamento jurídico, de tradicional natureza humanista com sua contextura básica, consagrando uma autêntica democracia, baseada nos indeclináveis e históricos postulados — garantia dos Direitos Humanos, harmonia e independência dos poderes constitucionais representatividade — além de constituir o fundamento essencial da reforma judiciária, em boa hora sugerida pelo Chefe da Nação, imprescindível e inadiável, para superar as inevitáveis delongas processuais — óbices que tornam a Justiça morosa, tradinheira e inoperante, inteiramente descompassada dos problemas da grande Nação surgente — e, por isso mesmo, incapaz de desempenhar o seu papel básico de suporte da democracia na salvaguarda da garantia de todos os valores humanos e políticos e de reguladora do pro-

cesso de harmonização de dissídios sócio-econômicos. Fortalecer-se-ia, assim, a crença na militância democrática, fator essencial da plenitude de segurança individual e das instituições garantidas integralmente pela eficiência da Justiça.

O problema da reforma do Judiciário, entretanto, não se resume somente em sua eficiência. É de âmbito muito mais vasto, pois, além de atingir sua própria estrutura, deverá descongestionar as causas em litígio, mantida a tradicional divisão da Justiça em federal e estadual, sob legislação judiciária uniforme, no processo civil e penal, como ainda aprimorar o recrutamento de seus elementos componentes, propiciando-lhes remuneração adequada compatível com as altas responsabilidades e dignidade social atribuída a um magistrado, disciplinando-o ainda, através da obediência estrita a um estatuto ou lei orgânica da Magistratura, além do restabelecimento imperativo e inadiável das garantias constitucionais. Outros aspectos devem ainda ser ressaltados, como a conveniência da revisão dos códigos e da legislação judiciária em geral, abundante e contraditória, muita da qual ainda com tônica ditatorial, simultaneamente com a reforma integral do sistema penitenciário, de modo que a carceragem em sua função repressiva se constitua, de fato, em primeiro passo de recuperação moral do indivíduo como ser social, inclusive com a adoção já tão generalizada na Civilização Ocidental da "prisão-albergue a par de sanções pecuniárias adequadas ao invés de sanções detentivas".

Não é demais destacar hoje, em que reiniciamos as nossas atividades, uma fundada esperança no dealbar de um novo ano judiciário — a conclusão do relatório do diagnóstico da reforma feito pelo Supremo Tribunal Federal.

Reforma de tal amplitude não se fará sem grandes esforços. Há dificuldades técnicas a resolver. Serão necessários meios para corresponder a encargos financeiros indispensáveis. E há interesses que não de ser contrariados ou desatendidos.

Impor-se-á alteração de textos constitucionais e legais e será mister disciplina unitária de deveres e direitos de magistrados, Srs. Ministros.

Em 1976, vamos viver sem dúvida, um ano de grande repercussão no futuro do País, jungido que está a uma reforma ansiosamente esperada por todos brasileiros, buscando compatibilizar a Justiça com a dinâmica do progresso e as realidades constitucionais e institucionais de um Brasil real em rápida mutação.

Só assim o Brasil dotado de uma Justiça dinamizada, soberana e independente, inteiramente renovada, "tão alta em seu poder quanto em sua missão", poderá vencer em segurança, com as impostergáveis franquias individuais e de grupamentos federados, o desafio do tempo e das pressões anti-sistêmicas internas continentais e internacionais, consequentes de crises demográficas, econômicas e políticas e afirmar em paz, tranquilidade, com desenvolvimento continuado, em todos os campos do poder, a esplendente dignificação humana de seus filhos, de forma a realizar o seu inevitável destino superior de grande Nação, na comunhão universal".

PORTARIA Nº 75/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou o funcionário abaixo nominado à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º — designar, PEDRO DISSENHA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Administrativo; e,

Art. 2º — autorizar, o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, da Lei 6174, inciso I, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 78/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou o funcionário abaixo nominado à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º — designar, SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria; e,

Art. 2º — autorizar, o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 79/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou a funcionária abaixo nominada à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º — designar, SILVETE LACERDA GOMES BOEING, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado ENÉAS FARIAS; e,

Art. 2º — autorizar, a funcionária acima citada, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 80/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou a funcionária abaixo nominada à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º — designar, SZCZEPAN ILNICKI, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Serviço de Oficina e Manutenção; e,

Art. 2º — autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 81/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou o funcionário abaixo nominado à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º — designar, VILSON DA SILVA NATAL, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,

Art. 2º — autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 82/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou o funcionário abaixo nominado à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 031 de março do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º — designar, WALDOMIRO DE CAMARGO, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da ARENA; e,

Art. 2º — autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 83/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou os funcionários abaixo nominados à disposição deste Poder, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março do corrente ano,

RESOLVE:

designar, os funcionários, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestarem serviços na Liderança da ARENA, junto aos Gabinetes dos seguintes Deputados:

Deputado David Federmann
ACÁSSIO FRARE

Deputado Wilson Fortes
ADAMARES SERISSA
ODETTE MATTAR BERNARDELLI

Deputado Jorge Sato
ARY DOS SANTOS
CONRADO SCHNEIDER

Deputado Ezequias Losso
CARLOS AUGUSTO CEQUINEL

Deputado Francisco Escorsin
CELIA MARIA DE OLIVEIRA

Deputado Gabriel Manoel
DARCI C. MENDES

Deputado Fuad Nacli
GABRIEL MACCAGNANI CARAZZAI

Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira
GEREMIAS VIEIRA DE LIMA

Deputado Lázaro Dumont
GENEROSA MAISTRO

Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares
HELENA MONTANARI
MOISES RODRIGUES DE OLIVEIRA
MARIO VENDRAMEL

Deputado Quielise Crisóstomo da Silva
IVES PONESTKE

Deputado Ivan Rüppel
ISOLETE COSTACURTA FONTOURA

Deputado Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto
LEIZA MARIA XIMENES
LUIZ GABRIEL POPLADE CERCAL
VERA CRUZ CASTANHEIRA RUIZ

Deputado Aragão de Mattos Leão
MAURO TEIXEIRA

Deputado Jurandir Messias
MARIA DE LOURDES AZEVEDO DOMINGUES
MARIA J. MESSIAS

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 84/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 510, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar, IEDA VELASQUEZ HUDZIAK, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, a partir de 2 de janeiro de 1976, até 31 de dezembro do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor

PORTARIA Nº 85/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 13093, de 22 de dezembro de 1975, deste poder,

R E S O L V E:

autorizar, BEATRIZ SILVA DO PRADO, ora à disposição deste Poder Legislativo, prestando serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado OSVALDO EVANGELISTA MACEDO, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174 de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 1º de dezembro de 1975, até 31 de março do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 86/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 403, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a NELSON EMILIO MARQUES, ocupante do cargo de Médico, nível PL 26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1975, a partir de 02 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 87/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 503, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

- I— revogar a Portaria 235/75, de 05-05-75, que designou o funcionário JOSE BRUSTOLIN NETO, ora à disposição deste Poder para prestar serviços junto ao Gabinete da 2ª Secretaria; e,
- II— revogar a Portaria 372/75, de 07-07-75, que autorizou o funcionário acima citado a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a quarenta por cento de seus vencimentos, a partir de 31 de dezembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 88/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 325 de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 1/76, a SOLON FONTOURA RODRIGUES, Matrícula 407, ocupante do cargo de nível PL 26, de Redator, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 89/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 607 de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a GENIR DOS SANTOS FERNANDES, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 14, Matrícula 199, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 2 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 90/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 599 de 29 de janeiro de 1976 deste Poder,

R E S O L V E:

antecipar, para a partir de 1º de fevereiro, as férias concedidas pela Portaria 1/76, a FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO, Matrícula 198, ocupante do cargo de nível PL 14, de Auxiliar de Plenário e Conservação do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 91/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 301/76 de 19 de janeiro de 1976 deste Poder,

R E S O L V E:

revogar, a Portaria 20/76, que concedeu férias à funcionária GENIR DOS SANTOS FERNANDES, ocupante do cargo de nível PL 14, de Auxiliar de Plenário e Conservação, Matrícula 199, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de fevereiro de 1976.

DIRETOR GERAL
JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 92/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 650 de 30 de janeiro de 1976 deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, ao funcionário ERNESTO GOMES CORDEIRO, matrícula 151, ocupante do cargo de nível PL 17, da Série de Classes de Escriurário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de fevereiro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 93/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 618, de 29 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1º - designar a funcionária TEREZINHA CASAGRANDE, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços no Departamento Legislativo, junto à Divisão de Comissões; 2,

Art. 2º - autorizar, a funcionária acima citada, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos no período compreendido entre 01-01-76 a 31-3-76

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de fevereiro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 102/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 887, de 11 de fevereiro de 1976 deste Poder,

R E S O L V E:

designar, ANGELINA MARIA DO PILAR SOTTO MAIOR E CÂMARA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado JORGE SATO, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 103/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 801, de 5 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, MARIA NEIDE BOZA STIVAL, ocupante do cargo de Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 14, Matrícula 221, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de fevereiro de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 94/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 652, de 30 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

determinar a validade da Portaria 383/75, de 18 de julho de 1975, que designou o funcionário SÉRGIO KIRCHNER BRAGA ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado ACCIOLY NETO, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 95/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 687, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

antecipar as férias concedidas pela Portaria 01/76, à funcionária HILZA DOS SANTOS LOPES, matrícula 200, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no período compreendido entre 1º a 30 de março do corrente.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 96/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 682, de 02 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder ao funcionário JUVENAL JAVORSKI, matrícula 568, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 05 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 97/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

Art. 1º – revogar a Portaria 83/76, na parte que se refere a designação da funcionária VERA CRUZ CASTANHEIRA RUIZ, para prestar serviços junto ao Gabinete do Deputado ACCIOLY NETO; e,

Art. 2º – designar a funcionária acima citada para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado JOÃO CIONI NETO, até 31 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 98/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

retificar o Art. 1º da Portaria 60/76, para designar a funcionária LIZETE BITTENCOURT, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA junto ao Gabinete do Deputado IVAN RUPPEL.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 99/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 779, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ROSALINA PEREIRA SANTIN, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

matrícula 224, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 05 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 100/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o despacho do Exmo. Sr. Governador do Estado, publicado no D.O. 225, de 23 de janeiro de 1976, que colocou o funcionário abaixo nominado à disposição deste Poder, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de março do corrente ano,

R E S O L V E:

Art. 1º – designar WILSON OSIRES PIOVESAN, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado BASILIO ZANUSSO; e,

Art. 2º – autorizar o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo a gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, no período acima referido.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 101/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 798, de 05 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, matrícula 189, ocupante do cargo de nível PL “14”, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1975, a partir de 15 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Secretaria Geral, em 16 de fevereiro de 1976
a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 104/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 818, de 06 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a ALBERTO SAVOIA ASSEF, ocupante do cargo de Advogado, nível PL 27, matrícula 147, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 105/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 715, de 03 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, ORLANDO NADALIN, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 01 de fevereiro de 1976 até 31 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 106/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 822, de 06 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

antecipar, para a partir de 09 de fevereiro, as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a CELSO MARIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo Auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL 17, Matrícula 165, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 107/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 834, de 09 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 10/76, a SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR, ocupante do cargo de Contador nível PL 27, Matrícula 434, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 108/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 325, de 20 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, a SOLON FONTOURA RODRIGUES, ocupante do cargo de Redator nível PL 26, Matrícula 407, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 109/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 825, de 06 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LUCIA MARIA DA VEIGA, ocupante do cargo de

nível PL 25, de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, oito (08) dias de licença, para casamento, a partir de 02 de fevereiro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 110/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

autorizar a funcionária GENEROSA MAISTRO, ora a disposição desta Assembléia, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento sobre seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 111/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 874, de 10 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar o funcionário DIONÍSIO DE PAULA CAVALHEIRO, ora a disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento no período compreendido entre 12 de janeiro a 30 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 112/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 514, de 26 de janeiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária ANDIRA COUTINHO NOGUEIRA, ora a disposição desta Assembléia Legislativa, para prestar serviços junto ao Gabinete da 2ª Secretaria, até 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 113/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo proto-

colado sob o nº 870, de 10 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

I – revogar a Portaria número 622/75, de 18 de novembro de 1975, a partir de 01 de março de 1976;

II – designar a funcionária GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA, matrícula número 262, ocupante do cargo de nível PL 23, de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento Administrativo, junto a Divisão de Compras, a partir de 01 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 114/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 886/76, de 10 de fevereiro de 1976, deste Poder

RESOLVE:

designar a funcionária MARLINE SPENA DE MACEDO, ora a disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Wilson Fortes, até 31 de março de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – diretor Geral

PORTARIA Nº 115/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1108, de 17 de fevereiro de 1976, deste Poder,

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 01/76, aos funcionários abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

AERODIVA MANN DE SOUZA – OL 23 matrícula 234;
CASEMIRO MARQUES – OSG 23 - matrícula 529;
ISABEL FREITAS – OSG 21 - matrícula 534;
JOSÉ ARY NASSIFF – RED 26 - matrícula 272;
ROQUE DE CRISTO – OL 18 - matrícula 453; e,
WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO – As. Tec., matrícula 035.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO

ORDEM INTERNA DE SERVIÇO Nº 01/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

proibir terminantemente ao Serviço de Café, a servir no balcão, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03 de fevereiro de 1976.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral